

AS CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS DE GÊNERO NO ÂMBITO DAS HOMOSSEXUALIDADES: O MASCULINO COMO QUESTÃO

Murilo Peixoto da Mota
Universidade Federal do Rio de Janeiro
E-mail: mpmota@uol.com.br

Resumo: Neste ensaio, procuro dialogar com os estudos de gênero com o objetivo de estabelecer reflexões sobre os temas masculinidade e homossexualidade no âmbito da teoria social contemporânea. Considero que a homossexualidade se mostra como um lócus de debate importante por se posicionar a partir de parâmetros de transgressão e de recriação da dicotomia homem/mulher e masculino/feminino, abrindo novos debates nas relações de poderes e hierarquias construídas culturalmente. Este texto tem por objetivo analisar a categoria gênero e suas implicações no contexto da diversidade sexual.

Palavras-chave: gênero, masculinidade, homossexualidade.

Abstract: In this article, I discuss how the contributions of gender studies have affected contemporary social theory and how they have become a central part of discussion regarding the subject of masculinity, whereby homosexuality is a key central issue. Believe that homosexuality is shown as an important central point of discussion important for the positioning of the parameters of transgression and recreation of the dichotomy man/woman and the masculine/feminine gender. In view of the complexity of contemporary relationships taken from prior discussions that deal with broad cultural aspects of Brazilian society, This text's purpose is to analyze the gender category's and all their implications in the context of sexual diversity which we face in the modern world.

Keywords: gender, masculinity, homosexuality.

Introdução

No mundo contemporâneo uma gama de estilos de vida aponta para heterogeneidades e complexidades na dinâmica das relações sociosexuais entre os indivíduos. Atualmente, tais relações são percebidas mediante distintas matrizes culturais nas relações de gênero: por um lado, de maneira mais tradicional e hierárquica, com marcadas desigualdades na divisão social (e sexual) do trabalho, perpassam, entre outras, influências da ideologia do patriarcado e fundamentalismo religioso, que normatizam os comportamentos afetivo-sexuais; por outro, homens e mulheres são percebidos como sujeitos de direitos igualitários, com ênfase na diversidade sexual, individualidade e na autonomia. A partir desta última visão, abre-se espaço para considerar a multiplicidade nas uniões afetivas e nas práticas sexuais, apontando para a análise da construção de novas identidades, fora da norma heterossexual.

Este ensaio terá centralidade nas discussões em torno da masculinidade, tomando a análise sobre a experiência homossexual como questão central. Considera-se a homossexualidade um lócus de debate importante por se posicionar a partir de parâmetros críticos com ampla reflexão sobre a dicotomia homem/mulher e masculino/feminino, além de questionar e transgredir as bases da heterossexualidade compulsória historicamente construída. Assim, esse texto tem por objetivo analisar a categoria gênero e suas implicações no contexto da diversidade sexual com a qual nos deparamos, valendo-me da complexidade nas relações contemporâneas tomadas pelo debate que aborda amplos aspectos da cultura na sociedade brasileira. Busco pensar sobre a contribuição dos estudos de gênero para a teoria social, ciente de que esse exercício impõe que se pensem os mecanismos sociais, culturais e históricos nos quais se eternizam mitos, representações e suposições, que definem divisões entre homens e mulheres, noções de macho e fêmea, concepção de masculinidade e feminilidade, mas sem a pretensão de esgotar os aportes teórico-metodológicos que vislumbram esse debate.

A categoria gênero refere-se à organização social das relações entre homens e mulheres. Começou a ser usada na segunda metade do século XX pelas feministas, que buscaram demonstrar o caráter social e relacional das distinções estabelecidas entre os sexos e suas representações sociais calcadas a partir da autoridade do homem sobre a mulher e os filhos, no âmbito familiar. Esse preceito, tão enraizado pela ideologia do patriarcado,

tem nos estudos de gênero a denúncia da opressão e da desigualdade de poderes entre homens e mulheres, e seus sentidos simbólicos pelo que se convencionou considerar como masculino e feminino.

Na perspectiva utilizada pelas feministas, gênero se apresenta, *grosso modo*, como categoria imbuída da rejeição da diferença biológica como a “causa” da dicotomia entre o feminino e o masculino. O caráter relacional da construção social de homens e mulheres expõe maneiras de se negar, denunciar e mudar a representação da diferença hierárquica existente entre ambos na vida cotidiana. Com isso, as análises de gênero não podem colocar em foco a mulher, exclusivamente. Homens e mulheres, em seu processo, deverão protagonizar o debate, para que se possa mudar a ordem social que reproduz a dominação simbólica masculina como pretensão hegemônica (Scott, 1990; Bourdieu, 1999).

Segundo Scott (1990), para se pensar a mulher e o homem em seus contextos históricos, de acordo com a autora, seria preciso desenvolver a ideia de gênero contextualizado em uma base reflexiva que articule outras categorias, tais como etnia e classe. Entretanto, se por um lado, tais categorias desvendam as relações de desigualdades face às relações de poder em sua dinâmica social, econômica e cultural; por outro, aponta problemas na falta de clareza e coerência no debate acadêmico em torno da complexidade de tais conceitos. De todo modo, Scott ressalta que será fundamental perceber o gênero nos âmbitos das dimensões étnicas e de classe, tendo em vista a necessidade de dar conta das desigualdades e experiências sociais radicalmente diferentes em diversos extratos sociais. Busca-se aprofundar a utilização do gênero como categoria de análise que dê sentido a organização e percepção do conhecimento histórico. (Scott, 1990)

As reflexões caminham para afirmar que o sistema binário da diferença sexual “homem/mulher” e “masculino/feminino”, ainda que hegemônico, não é imutável nem invariável e mantém suas bases em contextos sócio-históricos. Assim, mais do que buscar analisar os fenômenos de dominação é preciso compreender as construções de gênero nas suas diversas configurações, ou seja, nos símbolos, nas palavras, nas normas, nos papéis sociais, nas identidades subjetivas, nas práticas sociossexuais para colocar o gênero efetivamente como uma categoria no campo das ciências humanas. E esta dimensão do debate fez grande diferença na vinculação da luta contra a opressão a qual as mulheres estão sujeitas, pois redefiniu a condição da mulher e do feminino na esfera privada e em consequência sua intervenção na esfera pública (Scott, 1990).

Gênero, como uma categoria teórica e analítica, apesar de sua amplitude e possibilidade, tem suas limitações. De fato, o sujeito é percebido como constitutivo no gênero, mas não apenas em sua diferença sexual, que explicitam suas contradições e multiplicidades sociais. Assim, a limitação do gênero está justamente por estar calcado no debate da diferença sexual. Para Lauretis (1994) o fato de a categoria gênero estar limitada ao debate da diferença sexual centraliza o debate a partir de uma oposição universalizante do sexo, o homem diferente da mulher com ambos universalizados aspectos que “torna muito difícil, se não impossível, articular as diferenças entre mulher e Mulher, isto é, as diferenças entre as mulheres ou, talvez mais exatamente, as diferenças nas mulheres” (Lauretis, 1994: 207). Assim, gênero pode ser entendido como representação tendo por base a perspectiva de sua construção e desconstrução. Isso porque a análise do gênero possibilita desestabilizar a própria representação que o abarca.

A crítica ao conceito de gênero é também sustentada por Stolcke (2004). Em sua análise há uma crise no debate em torno da categoria gênero e esta crise é ampla, tem origem na crise das teorias sociais clássicas e em particular as referentes às noções de natureza, sociedade e cultura. Na tradição feminista do debate em gênero, a autora igualmente afirma que a desigualdade e opressão das mulheres são naturalizadas por estarem calcadas na diferença biológica dos sexos. De fato, o enfoque teórico na questão do gênero possibilita a visibilidade reflexiva de que o biológico não é o destino das diferenças sexuais. Neste contexto, o movimento feminista possibilitou a emancipação individual e coletiva com base teórica, orientando a luta por igualdade de direitos, aspecto que proporcionou o grande impulso global as lutas das mulheres (Stolcke, 2004).

A questão do gênero se articula em torno da experiência; assim, mulheres estão também preocupadas em não só serem mães, mas em saber como estabelecer relações familiares de forma igualitária, incluindo ir além das relações heterossexuais. Portanto, o movimento feminista deva ser posto no plural tamanha diversidade de movimentos que o abarca por meio de lutas e discursos.

Butler (2003) reconhece que gênero nas relações sociais é mais do que formas de institucionalizar poderes e constitui uma modalidade de regulação específica que tem efeitos constitutivos sobre a subjetividade. Para a autora, há uma hierarquia que estabelece regras que governam a identidade inteligível, que estabelece diferenças entre masculino e feminino e uma heterossexualidade compulsória. Gênero é destacado como sendo o me-

canismo pelo qual as noções de diferenças entre masculino e feminino são fabricados e naturalizados, mas que também pode ser o dispositivo pelo qual estes termos são questionados, desnaturalizados e desconstruídos. De todo modo, gênero, ao ser uma norma, também é fonte de resistência.

O rigor com que Butler (2003) trabalha gênero está implicado pelas discussões no campo do debate que envolve sexualidade, poder e subjetividade e incide maiores reflexões críticas na abordagem sobre identidade e diferença sexual. A autora tem elucidado o quanto os discursos normatizadores e disciplinadores, que forma o sujeito do gênero são os mesmos que produzem a sua sujeição e destaca:

A instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando-se essa diferenciação por meio das práticas do desejo heterossexual. O ato de diferenciar os dois momentos oposicionais da estrutura binária resulta numa consolidação de cada um de seus termos, da coerência interna respectiva do sexo, do gênero e do desejo (Butler, 2003: 45).

Nessa linha de reflexão os estudos *queer*¹ são os que enfatizam o debate sobre a perspectiva na qual a sexualidade não reprodutiva se afirma como questão central; está em pauta aqui a ação política por integração e reconhecimento do direito a “diferença” no âmbito da multiplicidade cultural e contra a perspectiva heterossexual hegemônica (Louro, 2004). A discussão em torno da diferença aponta para outros debates tais como os relacionados à luta por cidadania. É possível observar que há o que se pode chamar de sujeito “diferente de direitos” e há o sujeito com “direito à diferença”. O primeiro está inserido no contexto das desigualdades de classe, cuja luta por direitos são bandeiras de inúmeros movimentos sociais que pautam a questão das desigualdades socioeconômicas. O segundo articula a possibilidade de o sujeito ter direito de ser como quiser, sem ser controlado, delimitado, normatizado, censurado moral ou ideologicamente e está situado no contexto da cultura (Mota, 2007). Neste sentido, o aspecto do poder ganha importância imperativa para problematizar gênero dentro desse par binário e que possui uma designação heterossexual como “natural” e cuja hegemonia funciona e tem seus efeitos.

¹ Segundo Louro queer significa estranho, raro, esquisito, mas como referência ao sujeito da sexualidade desviante, ou seja, os homossexuais, transexuais e travestis; neste sentido afirma: “queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do “entre lugares”, do indecível. Queer é um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina” (2004: 8).

Nas linhas que seguem buscarei analisar as dimensões do masculino a partir da perspectiva das diferenças sexuais, abordando as práticas sexuais hierarquizadas com foco para o debate em torno das homossexualidades.

A homossexualidade masculina na cultura brasileira

Volto a afirmar que as dimensões da experiência homossexual aqui refletidas está sob o prisma da análise da construção cultural, na qual a classificação “homossexualidade”² aponta para um personagem, um caso a ser estudado, um tipo de vida (Foucault, 1984). Essa perspectiva aponta para a sexualidade como fenômeno social e histórico, e não como um dado essencial à natureza.

No âmbito do debate sobre a sexualidade é preciso considerar que a divulgação do relatório comportamental realizada nos Estados Unidos por Alfred Kinsey, em 1953, é um marco na medida em que coloca a pesquisa empírica sobre a sexualidade no campo das análises das ciências sociais, para além das noções de valor moral, nas quais o sexo, até então, imperou como questão analítica. Assim, pecado, anormalidade, anomalia e perversão, afirmados por médicos e psiquiatras, passaram a ser refutados com base empírica abrindo nova perspectiva para a pesquisa sobre a sexualidade. Apesar dos equívocos na associação entre práticas sexuais e herança biológica, não se pode negar que Kinsey legitimou um novo campo para as pesquisas em ciências sociais na abordagem da sexualidade.

Mas são os estudos de Michel Foucault (1980, 1984a) sobre a sexualidade que demarcam uma reviravolta no olhar sobre a sexualidade no Ocidente, sob o ponto de vista social, histórico e filosófico. No bojo dessa nova configuração analítica, o debate sobre a homossexualidade passa a se estabelecer a partir de parâmetros que abrem possibilidades para o reconhecimento de práticas e determinados estilos de vida. Ao pensar a sexualidade de um ponto de vista que se afasta do arsenal das ciências biomédicas, Foucault instaura um paradigma na esfera de um debate que subverteu, modificou e transformou a relação do saber e a produção de conhecimento sobre a sexualidade, articulada com as relações de poder na

² As categorias expressas para classificar a prática erótica e sexual entre indivíduos do mesmo sexo, aportadas pelas palavras gay e homossexual possuem especificidades linguísticas, e perspectivas políticas e culturais distintas. O termo homossexual, apesar de sua carga essencialista, será utilizado para determinar o universo classificatório do indivíduo no âmbito de sua preferência sexual. Já a denominação gay será empregada no sentido de realçar uma identidade, uma sensibilidade, um sentido, um gosto e um estilo de vida associados às relações sexuais e afetivas entre homens.

sociedade moderna. Assim, a sexualidade passou a ser percebida a partir de seus precedentes históricos, através dos quais ela se encontra exposta na sociedade.

O que está em jogo é a análise das práticas pelas quais os indivíduos se reconheceram e se confessaram como sujeitos, descobrindo no desejo sexual o que ele é e qual a sua identidade. O legado de Foucault é amplo, e há que se atentar aqui para o eixo central exposto sobre a sexualidade, a saber: “a formação dos saberes que a ela se referem os sistemas de poder, que regulam sua prática, e as formas pelas quais os indivíduos podem e devem se reconhecer como sujeitos dessa sexualidade” (1984: 10). Para Foucault, a palavra sexualidade, acompanha outros fenômenos no campo do conhecimento. E, nesse sentido, interessa ver de que maneira os indivíduos são levados a se perceberem e se reconhecerem como sujeitos de uma “sexualidade” que se articula em um sistema de regras, método de estudo, campo de conhecimento e coerção. E ele indaga:

[...] por que o comportamento sexual, as atividades e os prazeres a ele relacionados são objetos de uma preocupação moral? por que esse cuidado ético que, pelo menos em certos momentos, em certas sociedades ou em certos grupos, parece mais importante do que a atenção moral que se presta a outros campos, não obstante essenciais na vida individual ou coletiva, como as condutas alimentares ou a realização dos deveres cívicos? (Foucault, 1984: 14)

No bojo dessas questões, a sexualidade passa a se afirmar teoricamente como uma construção sócio-histórica em permanente transformação, com representações e significados diferentes no contexto das práticas sexuais e nas relações de poder, a ponto de elucidar o constrangimento e o estigma vividos pelos que explicitam sua diferença em relação à norma heterossexual. Autores como Parker (1991), Pollak (1995), Bozon (2004), Gagnon (2006) entre outros, apontaram certos acontecimentos no âmbito da sexualidade e contextualizaram à ideia do homossexual como um modo de ser. O que se coloca é que a nomeação de “ser” produz situações ambíguas nas quais o indivíduo diversifica suas ações, de modo a administrar as redes sociais e sexuais, e se posiciona como se tivesse uma vida dupla entre a heterossexualidade aceita e uma homossexualidade sublimada.

O sentido de descrédito legado à homossexualidade faz com que o indivíduo porte uma identidade estigmatizante e possua um traço distintivo desacreditável como apontado por Goffman (1983), em sua análise sobre

o indivíduo estigmatizado. Assim, entre o público e o privado, o visível e o clandestino, esse indivíduo passa a encobrir o comportamento homossexual. Conseqüentemente, a constante negação da experiência homossexual, característica de uma sociedade *heterossexista*, reforça a disjunção entre sexualidade e afetividade. A busca por relações clandestinas e anônimas expõe o homossexual a ambíguas situações, à dupla gestão da vida (Heilborn, 1996; Eribon, 2008).

Essa perspectiva leva a considerar, que se identificar como homossexual no Brasil urbano, não significa automaticamente que o indivíduo pratique um único tipo de atividade sexual, e nem se estabeleça no âmbito do que se poderia chamar de identidade bissexual. Perlonger (2008) demonstra, em sua pesquisa, que o trânsito sexual masculino entre as práticas sexuais classificatórias (homossexual, heterossexual ou bissexual) pode avançar em relação ao desejo sexual dirigido a uma pessoa do mesmo sexo, pois abrange, além do intercuro sexual, toda uma geografia que desterritorializa os códigos sexuais ditos normais.

Duarte (2004) chama atenção para o desafio da interpretação sociológica no estudo sobre a sexualidade no Brasil e aponta para quatro textos que possibilitam o que chama de “desafio do desentranhamento etnográfico”, ao explorar diferentes dimensões da representação e prática sexual. Cita primeiramente o trabalho de Peter Fry (1982), que explicita os modelos construídos na relação entre homens, baseados na dicotomia ativo e passivo, segundo o qual esse último carrega o estigma de ser o homossexual, e cujos códigos hierárquicos têm suas representações simbólicas nas relações de gênero baseadas nos de dominação do masculino (ativo/heterossexual) e sobre o feminino (passivo/homossexual). O segundo texto que cita é o artigo de sua própria autoria no qual faz ampla referência ao debate sobre sexo e moralidade nas classes trabalhadoras (Duarte, 1987), demonstrando que a experiência do sexo ou da sexualidade nesse meio cultural não é dissociável de uma moralidade. O terceiro, de Jurandir Freire Costa (1992), traz novas reflexões sobre a inconveniência da categoria “homossexualidade”, um tanto quanto essencialista apostando na defesa da categoria “homoserotismo” para designar a prática sexual entre indivíduos do mesmo gênero. O quarto artigo aborda a tese de Heilborn (1992), que expõe a conjugalidade diferencial entre casais heterossexuais, homossexuais masculinos e femininos. De todo modo, o que tais trabalhos expõem como estruturantes para a pesquisa sociológica sobre a sexualidade no Brasil é a disposição em considerar os fenômenos sexuais como construídos culturalmente, além de

contemplar as relações de poder intermediadas pelo crivo das distinções de classe, gênero, etnia e, além disso, a performance corporal.

Tais questões explicitam que as variedades eróticas e as diversas possibilidades de experiências sexuais não têm fronteiras demarcadas por classificações identitárias estanques, o que expõe a importância desse debate no âmbito do gênero, e mais especificamente para esta pesquisa. O que se coloca para trazer as discussões em torno de gênero para esse debate é que o foco da discussão se estabelece a partir das hierarquias, em conformidade com o que simbolicamente se entende por masculino e feminino, ativo e passivo. Implica perceber que o indivíduo pode transgredir as regras normativas socialmente aceitas e que em determinado contexto social e cultural depende das relações de poder e prazer que se efetiva.

Vale destacar o fato de que muitos homens heterossexuais casados, compromissados com o lar, a mulher e os filhos, não suprimem as escapadas em práticas homossexuais, única forma de responder às pressões sociais, manifestar o desejo e permanecer dentro da normatividade da família, mas com uma homossexualidade circunstancial e clandestina (Parker, 1991; Green, 2000; Guimarães, 2004).

O trabalho de Richard Parker (1991), *Corpos, prazeres e paixões*, é emblemático por evidenciar com pioneirismo a questão da diversidade sexual na cultura brasileira através da análise das formas simbólicas, que moldam o corpo e suas práticas e culminam nas noções de masculino e feminino. Para esse autor, as distinções tradicionais de gênero na vida brasileira quase não perderam seu significado; ao contrário, para ele, "seria mais exato afirmar que séries de práticas interpretativas analiticamente distintas e obviamente diversas foram estabelecidas e impostas nas definições de gênero ao se abordar e articular o significado da vida sexual no Brasil" (Parker, 199: 17).

Este debate aponta para o fato de que o indivíduo é produzido pela ordem social, que organiza suas experiências sexuais, e que em dado momento da sua história aponta para o fato de que ser homossexual explicita certa subordinação a regras, normas e leis *heterossexistas*, que o expõem a sentimento de inferioridade, atribuído pela ordem na qual está inserido. Portanto, o constrangimento social associado à experiência homossexual obriga o indivíduo a pensar sobre suas ações e escolhas de forma ambígua, ou seja, entre renunciar ou matizar a homossexualidade, coexistindo com processos flutuantes em relação a ser ou estar nessa situação.

Green e Trindade (2005: 31) lembram que alguns homens parecem atuar também “confortavelmente num meio social que não é exclusivamente dividido entre aqueles que se identificavam como ‘ativos’ e outros que se viam como ‘passivos’ em suas preferências eróticas”. De todo modo, os homens transitam pelas relações e associam seu comportamento sexual ao que lhes convém, no sentido de ganhos, poderes e prazeres. A ideia de “entendidos”, apontada por Guimarães (2004), deu conta da explicitação desse trânsito, que não se verifica somente no plano das ações e das paixões corporais, mas afeta as expressões e revela toda uma modalidade de força política e poder de atuação, sendo referências a todo dispositivo da sexualidade.

No contexto há tipos como o homem mais másculo, com aparência de machão, o mais feminino e delicado e, com relação à aparência, aquele muito jovem, menos jovem ou mais adulto, maduro, “coroa” ou velho, encontra espaços para o homoerotismo, sem que necessariamente essa prática sexual se associe à definição de identidade, reduzida a uma classificação que se utiliza dos termos heterossexual, homossexual ou bissexual. Neste sentido, a sexualidade adquire significados e valores diferenciados, tanto para os indivíduos quanto para os segmentos sociais que a compõem.

Novas reflexões emergem, pondo em xeque os saberes e as racionalizações essencialistas em torno da homossexualidade e do homossexual, que possibilitaram dar visibilidade ao evidente declínio das formas tradicionais de controle social sobre as práticas e as orientações sexuais, que vão além do cerco *heterossexista*. O paradoxo é que, em uma sociedade cada vez mais individualizada e caracterizada por experiências sexuais no âmbito da intimidade, observamos uma luta coletiva por expressão baseada em estilo de vida e que pontua direitos de igualdade civil. Mas essa virada histórica é datada e se estabelece como um marco para a questão homossexual. Os indivíduos passaram a ver no seu desvelamento sexual ou, grosso modo, sair do “armário” (*the coming out*), um sentido político, um rito de passagem individual que representaria a bandeira de um movimento.

Uma das características do movimento social abarcado pela identidade *gay* no Brasil está inspirada na busca por diferentes expressões que incluem outras tendências sociosexuais, tais como “lésbicas”, “transgêneros”, “bissexuais” e “transexuais”³ (Carrara e Uziel, 2005). Nesse sentido, surgiram organizações a partir do modelo identitário de sexualidade. O vigor dessa luta está no seu poder de mobilização, e um exemplo disso são os movimentos de rua, denominados “Paradas *Gay*”. Ramos e Carrara (2006) ressaltam o poder de mobilização e as ações direcionadas a políticas públicas por parte desse movimento, lembrando que, em 2006, milhares de pessoas saíram às ruas de setenta e sete cidades brasileiras no contexto da “Parada do Orgulho LGBT”⁴ levantando a bandeira “*Homofobia é crime: direitos sexuais são direitos humanos*”.

As “Paradas” passaram a ser uma estratégia de ativismo que privilegia a visibilidade de massa. Além disso, as aspirações inclusivas para a diversidade sexual passam a ser alvos de ações políticas, que vão caracterizar esse movimento emergente, tanto pela busca de adesões no âmbito identitário, quanto pela visibilidade na luta por direitos. A homossexualidade, assim, “sai do armário”, ganha as ruas e se estrutura como movimento social organizado, numa variedade de orientações e estilos, abrigados sob o amplo guarda-chuva daquilo que se classificou como homossexualidade (Facchini, 2005).

Neste processo, o ambiente acadêmico passa a incorporar o tema sexualidade como paradigma reflexivo que rechaça o debate naturalista, deixando de lado perguntas do tipo: “como o sujeito se torna um homossexual e quais as causas disso?”. Para responder a questões que envolvem crises e direitos, a pergunta que se faz é: “como os homossexuais vivem suas experiências relacionais?” (Pollak, 1985). A novidade dessa emergência de fatos expõe o quanto ainda é pequena a produção acadêmica sobre essa reflexão, que incide sobre a sexualidade no âmbito da diferença na lógica *heterossexista*. De todo modo, os novos paradigmas para o campo do debate analítico sobre a homossexualidade passam a refutar referências essencialistas que apontam para a sua associação com fatores hereditários e a “características de filhos criados por casais em que a mãe tinha um com-

³ Lésbica é a terminologia utilizada para designar a homossexualidade feminina. Transgênero engloba tanto travestis quanto transexuais. Bissexual é o termo utilizado por indivíduos que se relacionam sexual ou afetivamente com qualquer dos sexos. Transexual é expressão que nomeia indivíduos que não aceitam o sexo que ostentam anatomicamente. Sendo o fato psicológico predominante na transexualidade, o indivíduo identifica-se com o sexo oposto, embora dotado de genitália externa e interna de um único sexo (CNCD/MS, 2004).

⁴ Sigla que designa Lésbicas, Gay, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

portamento ou personalidade considerada ‘forte’ e o pai, ‘fraco’; a educação juvenil falha, e a questões relacionadas a hormônios (falta ou excesso)” (Machado; Picollo; 2010: 113). O que se explicitava nesse contexto são reflexões que abordavam a homossexualidade como questão intrínseca aos campos da psicologia, medicina e religião, cujo aporte teórico pressupunha desvio, doença e fatores psicológicos apontando para a “homossexualidade” como “homossexualismo”. Destacam-se nessa nomeação algumas mudanças. A partir dos anos 1980, com o advento da epidemia de aids novas reflexões sobre sexualidade nos campos da sociologia e antropologia emergem criticando a questão do sufixo “ismo” (homossexualismo), pois significa doença, para abordar como “dade” (homossexualidade), um modo de ser de cada indivíduo. (Machado; Picollo, 2010)

Entre os anos 1960 e 1970, iniciava-se amplo questionamento sobre a sexualidade, relações de gênero e os valores morais no âmbito dos papéis sexuais destinados a homens e mulheres na cultura. O país estava mergulhado num epicentro de intensa produção artística nos quais intelectuais e músicos apresentavam novidades que a revista *O Cruzeiro* fazia questão de ostentar. Esse período é caracterizado pela prática cultural em diferentes áreas, e até hoje permanece como um marco para a música popular brasileira, o cinema novo, o teatro, a literatura, as artes plásticas, “materializando-se na proposta radical, e hoje em dia mal compreendida, da bandeira *seja marginal, seja herói*, de Hélio Oiticica” (Coelho, 2010: 41). O movimento homossexual ganhava visibilidade no campo de debates e reivindicações das minorias no bojo dos emergentes movimentos de negros, mulheres, índios e estudantes. A própria referência “minorias” passa a ser tema de amplas reflexões em torno da luta pela redemocratização do Brasil, sendo questionado, por ser inadequado e expressar nova hierarquia no processo de construção de tais lutas.

Segundo Green (2000), nessa década surgem bares, boates, jornais, periódicos e pequenas publicações⁵ direcionadas para a causa *gay*, além de grandes fã-clubes dos cantores do rádio, que originavam encontros e

⁵ MacRae (1990) destaca que na década de 1970 havia vinte e sete publicações gays no Brasil que abordavam temas diversos, como indicações culturais, reportagens, concursos de contos, poemas, roteiros gays etc., como objetivo de aglutinar a expressão de um movimento pela diversidade sexual e o pluralismo de gostos, prazeres e relações. Contudo, o primeiro jornal reconhecido como imprensa alternativa, ou seja, aquele que foge na forma e no conteúdo da grande imprensa foi *O Pasquim*, que surge após o Ato Institucional nº 5, em 1969. Toma-se como destaque também os jornais *Snob*, de 1969, e o *Lampião da Esquina*, lançado em abril de 1978, ambos direcionados ao público gay. No campo informativo, dentre as mais recentes publicações surgidas nos idos pós-epidemia de HIV/AIDS e exclusivamente voltadas para o público homossexual têm destaque os jornais *Nós por Exemplo*, *ENT&*, *Sui Generis*, *G Magazine*, *A Capa* e *O Sexo*, os três últimos ainda existentes (Rodrigues, 2005).

integravam indivíduos homossexuais em comunidades espalhadas por todo o Brasil. Neste contexto, surge “um grupo de homossexuais no Rio de Janeiro que começou a fazer circular um pequeno jornal, *Snob* recheado de fofocas, humor *camp* e autoafirmação” (Green, 2000: 253). Ademais, pela primeira vez é publicado pela revista *Sociologia*⁶ um artigo de cunho sociológico sobre a homossexualidade em São Paulo.

Muitos homossexuais passaram a tomar posições, pautando reivindicações próprias em meio às inúmeras organizações, movimentos e grupos políticos de esquerda. Assim, a mobilização de *gays* e lésbicas no início dos anos 1970 se concretizava dentro de outras lutas por mudanças no sistema político, por direitos sociais e civis. O contexto que possibilitou essa mobilização caminha com a crescente urbanização e modernização das cidades brasileiras, contribuindo para a formação de subculturas *gays*; ampliação de espaços para manifestação homoerótica como parques, cinemas e bares, chamados por Perlonger (2008), de “territórios marginais”; as publicações de cunho artesanal que possibilitavam maior interação e comunicação coletiva.

No bojo do processo de redemocratização do Brasil inicia-se um movimento que levanta a bandeira da homossexualidade como estilo de vida. Mesmo que muitos homossexuais não participassem amplamente de maneira direta, não havia quem escapasse às novas ondas reflexivas sobre a condição *gay*. O humor sarcástico, as nuances de denúncias que driblavam a ditadura militar foram postos em prática com muita criatividade por uma nova literatura que envolvia palavras de ordem e homoerotismo. Toma-se como destaque as publicações sobre a temática *gay* da época que explicitava a formação de opiniões sobre o indivíduo homossexual, difundindo parâmetros inovadores de reflexão sobre o corpo nu, o lugar da imagem erótica, da pornografia na elaboração de roteiros sexuais, construção de estratégias de visibilidade, gostos e estilo *gay*.

A imprensa alternativa *gay* transgredia tanto na forma como no conteúdo e buscava difundir o debate sobre a diferença, afirmar posições políticas sobre a diferença cultural e sexual no espaço social, além de propagar locais de interação homossexual. Toda uma literatura homoerótica (contos, poesia, fotonovela etc.) passava a influenciar comportamentos e perfis de consumo (Rodrigues, 2005).

⁶ José Fábio Barbosa da Silva. Aspectos sociológicos do homossexualismo em São Paulo. Revista *Sociologia*. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. v. XXI, n.4, out.- 1959. (Green e Trindade, *apud* Silva, 2005).

Segundo Green (2000) era possível na época observar poucos homens darem “pinta” em ambientes fora do gueto *gay*, e quem dava entrevistas sobre a causa homossexual na mídia eram muitos travestis famosos, a começar pela atriz e cantora Rogéria. Mas, se por um lado esse comportamento buscava amenizar a injúria do ambiente heterossexual com muito humor, passava a corresponder de certa forma ao que um heterossexual esperava de um *gay*: que sua imagem estivesse associada ao feminino. Entretanto, a “bicha louca” também acionava todo um contexto de transgressão em uma situação de opressão, tornando-se um “tipo” de afirmação pela diferença e, como consequência, formava-se uma ideia de prática solidária, uma condição para a futura emancipação (Pollak, 1985).

Mas, se por um lado muitos homossexuais não se reconheciam e se sentiam excluídos dessa representação social do *gay* feminino, de outro, a roupagem simbólica exagerada do *macho man* nem sempre agradava. O resultado é que aos poucos foram se construindo imagens constitutivas de tipos e estilos de vida *gay* fazendo surgir a força de um movimento que lutava por reconhecimento (Pollak, 1985).

A construção de “tipos” avança para caracterizar uma diversidade de estilos *gay* que estimulavam outros homens a assumirem a homossexualidade. Contudo, dar visibilidade também implicava buscar a imagem que melhor se adequava à manifestação estética de si que, por sua vez, diferenciava-se a partir de barreiras de classes. Em consequência, novas formas de expressão emergem em oposição ao estilo feminino de ser homossexual. Têm-se então o corpo jovem e viril, representação muito comum nas revistas *gays* especializadas, que divulgam a imagem de um homem másculo, rude, robusto, branco e de aparência europeia. Evidencia-se a objetivação da relação entre um corpo e um símbolo que o identifica, além da construção de todo o aparato social de formação de estilos de vida e identidades.

O estilo de vida que se constrói em torno da homossexualidade, em muitas grandes capitais e cidades do mundo, como São Francisco, nos Estados Unidos, e Vancouver (Canadá) ou Berlim (Alemanha) entre outras, que se caracteriza pela formação de bairros, associações, e que também inclui a forma de linguagem, a literatura, os serviços específicos e o surgimento de um mercado de consumo direcionado assinala acontecimentos simbólico, nos quais o homossexual se estabelece a partir de novos sentidos para o exercício de sua sexualidade e imagem pública. Vale acrescentar que segundo Bourdieu (1983), “estilo de vida” faz referência a todo um conjunto de preferências distintivas que exprimem, em determinada lógica, o espa-

ço simbólico de uma mesma intenção e unidade, que caracterizam a ideia de “estilo” (corporal, de linguagem, de vestuário, comportamento etc.).

O universo sociocultural homossexual passa a se caracterizar como estilo *gay*, quando reflete publicamente certa ruptura com o universo heterossexista, a fim de demarcar a sua diferença, fato que aponta para o debate sobre a questão da sociabilidade em torno do “gueto *gay*”. Como nos lembra Pollak (1990: 25), “a homossexualidade, como toda prática clandestina, obriga a uma organização que minimize os riscos e, ao mesmo tempo, otimize a eficácia”. O que se coloca em questão é a força de quem tem que aprender a falar o que é, como se legitimasse o sentido de seu desvio. Segundo esse autor, a contradição entre a obrigação sentida de “confessar sua homossexualidade e a incapacidade de fazê-lo resulta em formas complicadas de gestão de uma identidade indivisível, que a liberalização dos costumes dos últimos vinte anos teve a tendência de deslocar, e não suprimir definitivamente” (Pollak, 1990: 27).

O indivíduo homossexual ganhou maior visibilidade no contexto da epidemia de hiv/aids, que teve consequências diretas na sociedade brasileira, ao longo de décadas. Com o advento da disseminação do vírus entre a população masculina, a incorporação da palavra homossexualidade foi popularizada (Parker, 2002, 1994). A epidemia de hiv/aids resultou no preconceito, respaldado no discurso médico-científico, mas encontrou um movimento político emergente contra o desrespeito e a violação de direitos elementares à vida. Com a aids, a questão da homossexualidade se tornou mais complexa; parece ter sido o mote para o recrudescimento de preconceitos contra os homossexuais, transformando a sua condição em sinônimo de “aidético”. Essa representação ainda permanece e faz com que os homossexuais individualmente continuem a sofrer com os estigmas e os preconceitos decorrentes da associação aids/homossexualidade (Terto Jr., 2002).

No contexto do debate sobre o gênero masculino, o impacto da epidemia de hiv/aids foi emblemático, fazendo emergir aspectos mais contundentes sobre o homem, a masculinidade e as representações acerca do que se convencionou chamar de comportamento homossexualidade. O enfrentamento da aids possibilitou perceber o contraste entre o modelo de classificação identitária, os estereótipos de homem socialmente construídos e a associação passivo/homossexual. Essa imagem construída e pertencente ao “grupo de risco”, do personagem da “peste *gay*” abordada na mídia, foi recolocada como um grande equívoco do modelo médico-

-científico para o controle da epidemia expondo à necessidade de se rever as relações entre masculinidade, corpo e sexualidade.

Novas denominações ressurgiram para dar conta da representação homem/masculino/heterossexual no contexto da epidemia de hiv/aids, principalmente como referência à prática da homossexualidade. A ideia do “homem que faz sexo com homem” foi uma das maneiras de problematizar as representações de gênero, a aplicação de modelos epidemiológicos e a intervenção preventiva do hiv/aids, com o intuito de centrar o debate no ato sexual, não na identidade buscando assim transcender as classificações sexuais. É possível perceber que a epidemia de aids no Brasil fornece um exemplo particularmente vívido de que “a cultura sexual modela poderosamente até as mais evidentes dimensões biológicas da vida sexual, ao passo que, ao mesmo tempo, os padrões da cultura são, na realidade, fundamentalmente históricos”. (Parker, 1991: 247)

A experiência homossexual tem se apresentado como um campo próprio da diferenciação, cerne do contexto dinâmico da sociedade. Contudo, a aids surge como o divisor de águas nessa progressão para a identificação diferenciada, resultando em processos angustiosos de reavaliação das relações sociais e sexuais. A luta contra o vírus e a doença foi determinante para que as novas gerações de homossexuais inventassem outras possibilidades de ação e um emergente movimento surgisse apostando na visibilidade *gay*.

É preciso analisar que uma série de “homossexualidades” aflora e se manifesta de distintas maneiras no cotidiano brasileiro, e acaba por desempenhar um papel-chave na regulação da conduta masculina normativa do gênero, que influencia na experiência do desejo e na construção da identidade sexual (Parker, 2002).

Para quem não se lembra, foi em 1990 que a Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde retirou o termo “homossexualidade” de sua lista de doenças mentais e declarou que

“não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão”.⁷ A partir daí são refutados os debates sobre o contexto da prática homossexual que ainda buscavam respostas lançando mão dos tratamentos espirituais, ignorando os sentidos socioculturais da experiência homossexual e endosso da homofobia médica.

⁷ International Classification of Diseases (ICD) - <http://www.who.int/classifications/icd>

Contudo, a visão essencialista ainda impera como se fosse uma ideologia nas instituições, inclusive são assimiladas pelos *gays*, sobretudo quando o debate articula a necessidade de se afirmar um sentido para a homossexualidade, tendo por base a justificativa de sua causa ou origem. Nesse contexto, a sociedade acaba por referenciar o desvio com base no discurso científico biologista, geneticista e afirmado pelo próprio homossexual quando afirma: “eu nasci assim”. Esse é o contexto em que mais se recorre à essência de uma natureza, ou seja, a um modo de ser homossexual a partir de justificativas hormonais, que são utilizadas para acentuar tal comportamento marcado como desviante.

De fato, a prática da homossexualidade tem mostrado vértices de mudanças evidentes com perspectivas globais e locais, que expõem a complexidade da trama travada pelas experiências sexuais no mundo contemporâneo.

Em meio a esse manancial de questões sobre a homossexualidade e o estilo de vida *gay* na cultura brasileira emerge outro debate para outras problematizações: a construção do gênero masculino.

Gênero e (homo)sexualidade: o masculino em questão

A associação do feminino como um traço da homossexualidade fez desse legado um clichê entre os homens capaz de, por um lado, provocar repulsa, horror, ódio e, por outro, desejo, admiração, sentimento de fascinação, aliado a todo um sentido de querer “ser”, que espelha o caricato e, muitas vezes, a procura da própria modelagem do corpo, cujo aspecto se abre para amplas questões que direcionam o debate sobre a homossexualidade no contexto das relações de gênero. Nesse sentido, os discursos preconceituosos e inflamados sobre o homossexual têm sido reproduzidos com base nas diferenciações de poder e hierarquia, expondo amplos sentidos simbólicos que envolvem a necessidade de se relativizar a distinção entre masculinidade/feminilidade, homem/mulher, heterossexual/homossexual e ativo/passivo.

No contexto simbólico das representações destas distinções, como já salientei, observa-se que homens homossexuais se mostram viris, másculos e potentes em sua visibilidade masculina e, em oposição, outros se posicionam socialmente com representações associadas ao estereótipo feminino. Outros, ainda, nada expõem no que diz respeito ao âmbito dessa

dicotomia, seguindo os padrões que se expressam como sendo determinados socialmente para o comportamento do homem. Essa polarização tem suas repercussões simbólicas bem demarcadas entre os próprios homossexuais masculinos. Aparece como questão central nas experiências sexuais e é capaz de influenciar os homens a manifestarem determinados posicionamentos diante das imagens que fazem de si mesmos.

Nas representações do que se percebe como feminino e masculino surgem traços para se ver ou para se esconder, para ressaltar ou sublimar como orgulho ou vergonha. Assim, muitas vezes, essa relação de oposição ou junção entre o que se aprendeu a construir como imagem de feminilidade ou masculinidade fez dissociar e até mesmo distinguir um homossexual do outro.

Como já mencionei, alguns estudos⁸ no Brasil apontaram a origem da hierarquia entre homens e mulheres, possibilitando ampliar o debate para outros campos nos quais a discussão sobre a diversidade sexual põe em contradição a heterossexualidade compulsória. Para a análise sobre os indivíduos com práticas homossexuais, a reflexão em torno do gênero possibilitou maior visibilidade para a assunção da existência de novas relações pessoais, a construção de identidades sexuais, a formação familiar e os estilos de vida.

À reboque dos estudos de gênero, a análise sobre o masculino e o homem ainda é recente e utiliza como referência os estudos feministas (Nolasco, 1995; Schpun, 2004). Há muito que se pesquisar sobre esse sujeito no campo da produção da teoria social contemporânea. Uma das possibilidades de análise sobre eles aponta também para a tentativa de ir além do contexto do comportamento heterossexual. Mas como vem sendo contextualizado pela literatura, analisar os homens é um problema, apesar de sua subjetividade despertar grande interesse principalmente no campo do sistema de dominação que eles usam contra as mulheres, e mesmo de suas crises e dúvidas. Contudo, é surpreendente perceber que os homens e o masculino raramente são contextualizados numa problemática de gênero (Welzer-Lang, 2004).

Welzer-Lang (2004) destaca que o homem geralmente está refletido por um duplo contexto de pesquisas e investigações: de um lado, os que vão examinar criticamente as questões travadas em torno da heterossexualidade, ou o homem e suas dimensões críticas em relação às mulheres;

⁸ Tomo como destaque os trabalhos de Parker (1991), Costa (1992), Heirborn (2004), Duarte (2004) e Fry (2001).

de outro, os que analisam as homossexualidades masculinas, o homem como desviante em relação a essa heterossexualidade, em seus diversos aspectos, identitários ou não. O fato é que tais estudos se apresentam em dois grupos, como se, dessa forma, também ratificassem o crivo da “normalidade biológica” dos sexos: os normais heterossexuais e os diferentes homossexuais. Trata-se, aliás, de uma constatação não apenas nos estudos acadêmicos, como também nas lutas travadas pela sociedade civil em torno dos direitos de cidadania (Mota, 2007). Contudo, nessa conjuntura, a primeira questão a superar é a análise da dominação masculina, sustentada por uma perspectiva naturalista das diferenças que legitimam desigualdades, como vem fazendo o movimento feminista em relação às mulheres.

O emergente debate contemporâneo sobre a categoria gênero aponta para novas reflexões que jogam por terra mitos de justificação sobre o lugar do homem e da mulher e a diferença dos sexos. A grande perspectiva desse debate consiste em acentuar que gênero e sexualidade passaram a ser compreendidos não mais como estáveis ou permanentes. Portanto, gênero, em seu entendimento mais amplo, atravessa a ilusão binária, só podendo ser pensado como construção histórica e social, na qual cada cultura define o que sejam identidade sexual, papéis sexuais e a ideia de masculinidade e feminilidade. Assim, será fundamental perceber que “o homem não é construído meramente em oposição à mulher, mas ao mesmo tempo, através de sua relação com figuras tais como o machão, o corno e a bicha ou veado”. (Parker, 1991: 74)

O olhar sobre a sexualidade implica pensar numa relação complexa que se expressa pelas experiências do sujeito entre campos dinâmicos da ação social, como cultura e política, sexo e gênero, etnia e classe social. Neste sentido, a análise sobre a valorização, na cultura brasileira, da ambiguidade entre ser e estar homossexual é ponto-chave para se entender o essencialismo dos sistemas de classificação, que tendem a empurrar os homossexuais para guetos estanques (Carrara e Simões, 2007).

Tal aspecto possibilita analisar a amplitude da diversidade sexual e as diferenças existentes, que, dependendo do contexto, assumem conotação de “desvio”. Quando há referência às homossexualidades, todo um conjunto de representações relacionadas a gênero, à identidade, a papéis sociais e sexuais vem à tona.

A peça de Nelson Rodrigues, *O Beijo no Asfalto*,⁹ escrita em 1960, ilustra bem essa reflexão e dá o tom do drama de um homem que experimenta agir pela sensibilidade, pelo amor e pela paixão, sem se deixar seduzir pelo estereótipo do machão latino-americano de toda uma geração. A cena se inicia com o atropelamento de um homem na Praça da Bandeira, no Rio de Janeiro. Antes de morrer, pede, agonizante, um beijo. O personagem Arandir, diante do atropelamento e como um transeunte que presencia o fato, atende ao pedido do acidentado e lhe dá um beijo. Ao beijar o homem agonizante no asfalto, passa a ser alvo de suspeitas de homossexualidade e de crime passionai. Tal suspeita é levantada pelo jornalista Amado, que está em busca de manchete para um jornal sensacionalista. Amado, um jornalista sem ética, assiste ao ato do beijo, forja provas de todos os níveis e busca culpar Arandir pela homossexualidade enrustida, responsabilizando-o pela morte do acidentado. Une-se ao delegado corrupto, que busca apontar Arandir como amante da vítima e articula provas.

Essa obra evidencia os estereótipos de gênero na sensibilidade de Arandir e na homossexualidade clandestina do sogro. A homossexualidade masculina ganha centralidade e é tratada como crime, vivenciada como doença e desvio, mas a questão do gênero masculino está amplamente colocada em debate. Nelson Rodrigues retrata o contexto geracional dos homens nos anos 1970, que encobriu sua homossexualidade ou a experimentou diante do preconceito, do medo, da vergonha e da mentira, que clamou o desejo *gay*, inclusive através da experiência do casamento. De todo modo, evidencia-se os mecanismos de manutenção da hierarquia e da legitimação da inferioridade social legados à homossexualidade, que se consolida pela violência, pela passionalidade, pelo ódio. Essa obra teatral é emblemática para o debate sobre a carreira sociosexual de toda uma geração de homossexuais que sofrem com os mecanismos que naturalizam formas de inferiorização e discriminação.

A emergente reflexão sobre gênero tem aberto caminhos para a melhor compreensão dos diferentes modos de relações sociais, que incluem uma reproximação com o contexto sexual de redes de indivíduos de mesmo sexo em territórios distintos. Não se deve perder o ponto de vista de que *gays* são homens e sua socialização se constrói a partir de privilégios de poderes dessa sociedade heterossexista, e neste sentido, muitas vezes reproduzem em suas experiências as representações simbólicas de dominação (Catells, 1999).

⁹ A obra se transformou em filme longa-metragem em 1980, sob a direção de Bruno Barreto, e fotografia de Murilo Salles, tendo como elenco principal: Ney Latorraca, Tarcísio Meira, Cristiane Torloni, Daniel Filho e Lídia Brondi.

A discussão em torno do gênero e das identidades sexuais é ampla – e, por que não dizer, uma espécie de mosaico que pode desvelar a contradição de certos pressupostos, tais como: o domínio do masculino como natural; a submissão à racionalidade médica; e a classificação identitária como um dado estanque e não provisório. Além disso, as análises de gênero e identidade sexual expõem relações de poder que, de um lado, explicitam conflitos e lutas por direitos sociais e civis, e, por outro, transformações possíveis, articuladas ao sentido de se desnaturalizar a sexualidade, problematizando-a e colocando-a como mediadora das muitas questões sociais.

Considerações finais

A tentativa de articular o debate sobre as contribuições dos estudos de gênero no âmbito da homossexualidade exige, a contento do tema, ampla pesquisa bibliográfica, cuidadosa e significativa, que leve em conta a importância dessa discussão em seus amplos aspectos e possibilidades, que sem sombra de dúvidas desvenda parte da realidade social de homens e mulheres na vida cotidiana.

Os estudos de gênero iluminam muitos outros e em seu bojo tem-se a denúncia do sistema hierárquico culturalmente engendrado, que estabelece desigualdades e subjuga as mulheres e o que representa o feminino. Mas o que se percebe através desse debate é que os ideais feministas têm dado passos firmes na luta por uma sociedade mais igualitária nos amplos segmentos sociais.

Em última instância vale destacar que a inovação aberta pelo debate de gênero na contemporaneidade aponta para o contexto de reflexão que inclui discussões em torno da diversidade sexual nas relações humanas e no conjunto dos estilos de vida segmentados por culturas, diferenciações de classe e etnia.

Contudo, vale lembrar que apesar desse debate se calcar em contextos que aportam para a hierarquia do gênero, que oscila não mais sobre a lógica dos papéis sexuais, gênero vem dar visibilidade às representações que se enraízam culturalmente neste processo, perpetuam poderes e possibilitam pensar aspectos da realidade sociossexual para além da norma heterossexual.

A grande contribuição do debate em torno da questão de gênero apontada pelas feministas e por pesquisadores da sexualidade tenha sido justamente a ênfase no cultural e na análise das relações sociosexuais dentro de um campo complexo de poder e dominação simbolicamente instituída nas experiências subjetivas da vida sexual, na divisão social do trabalho e nas relações interpessoais cotidianas. As reflexões sobre gênero abriram caminhos para ampla compreensão dos diferentes modos de relações que incluem uma reaproximação com o contexto sociosexual de redes de indivíduos de mesmo sexo em territórios distintos. Assim, gênero apontado pelas feministas contemporâneas avançou e parece aberto para dar novos passos; seu vigor é tanto, que a questão das mulheres, que abarca também questões dos homens, parece buscar sempre se impulsionar a partir das próprias análises, revendo suas estruturas reflexivas e metodológicas. Esse debate fundamentalmente tem dado pistas para explicar os mecanismos de opressão das desigualdades de gênero nos contextos culturais que ocorrem de forma concreta, de maneira que sejam superados. Contudo, deverá ser incansável continuar a aprofundar o entendimento sobre as bases de dominação masculina, que oprime as mulheres e não livra os homens desse poder que funciona (Butler, 2003).

Neste sentido, não é demais reafirmar que por mais que o sexo seja tratável a partir de sua formulação biológica da diferença entre homens e mulheres, o gênero é cultural e historicamente construído. Essa ideia central evoca os significados culturais assumidos pelos corpos sexuados, fato radical nesta reflexão, pois rompe com a lógica natural da distinção sexo/gênero e aponta para a análise sobre as identidades sexuais, o desejo e o erotismo por ele evocado. O debate acerca da diferença e da diversidade ganha força, pois possibilita melhor abordar os aspectos simbólicos, valores e representações sobre o contexto e significado de “homem”, que vale lembrar, nem sempre se aplica com exclusividade ao corpo masculino.

O grande avanço está na percepção dessa diversidade, como resultado não de uma natureza humana imutável, mas reflexo de um conjunto de processos sociais, culturais e históricos, que possui dimensões simbólicas na vida cotidiana e é parte do complexo sistema que permite pensar e repensar a sociedade contemporânea marcada por mudanças sociais, continuamente bombardeadas por valores modernos globalizantes.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CÁCERES, Carlos. Masculinidades negociadas: identidade e espaços de possibilidade sexual em um grupo de michês em Lima. In: BARBOSA, Regina Maria; PARKER, Richard (orgs.). *Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CECHETTO, Fátima Regina. *Violência e estilo de masculinidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- COSTA, Jurandir Freire. O referente da identidade homossexual. In: Parker, Richard e Barbosa, Regina Maria. *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relumé Dumará/ABIA/IMS/UERJ, 1996.
- ERIBON, Didier. *Reflexões sobre a questão gay*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.
- _____. *História da Sexualidade. 1: a vontade de saber*. 5.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- _____. *História da Sexualidade. 2: o uso dos prazeres*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984a.
- _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 4. ed. 1984b.
- FRASE, Nancy. *Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista*. In: SOUZA, Jesse (org.). *Democracia hoje*. Novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: UNB, 2001.
- GAGNON, John H. *Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GREEN, James Naylor; TRINDADE, Ronaldo (Orgs.). *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2005.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografia do Desejo*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUIMARÃES, Carmem Dora. *O Homossexual visto por entendidos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HEILBORN, Maria Luiza. Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade masculina em uma perspectiva relacional. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria. *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará/ABIA/IMS/UERJ, 1996.

_____. *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). *Tendências e impasses – o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MACHADO, Maria das Dores Campos; PICOLLO, Fernanda Delvalhas (org.). *Religiões e homossexualidades*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

MOTA, Murilo Peixoto. As diferenças e os “diferentes” na construção da cidadania gay: dilemas para o debate sobre os novos sujeitos de direito. In: NATAL, Bagoas. *Revista de estudos gays*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. v.1, n.1, jul.-dez./2007, p. 191-210.

NOLASCO, Sócrates Alvares. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

PARKER, Richard. *Abaixo do Equador*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PARKER, Richard. *Corpos, Prazeres e Paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Best Seller, 1991.

PERLONGHER, N. *O Negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

POLLAK, Michael. *Os homossexuais e a Aids: sociologia de uma epidemia*. São Paulo: Estação Liberdade, 1990.

SCHPUN, Mônica Raisa (Org.). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004.